

Os sentidos da fronteira a partir da discussão territorial em Claude Raffestin

Maria Liziane Souza Silva  
[liziane.souza.silva@hotmail.com](mailto:liziane.souza.silva@hotmail.com)  
Bolsista voluntaria PET-U FAC  
Profª. Drª. Maria de Jesus Morais  
[mjmorais@hotmail.com](mailto:mjmorais@hotmail.com)  
Universidade Federal do Acre-U FAC

## RESUMO

A discussão sobre território em Claude Raffestin é o tema desta comunicação. Nela buscaremos discuti-lo não só centrado na perspectiva do Estado-nação. Com esta discussão buscamos compreender o sentido da fronteira política no Estado do Acre-Brasil, para a população transfronteiriça. A questão fronteiriça, como ressaltado em Raffestin deve ser compreendida a partir de sua historicidade, uma vez que o sentido de fronteira muda ao longo do tempo. E essa mudança é detrimento das modificações sociopolíticas e socioeconômicas. Os limites e fronteiras refletem o poder daqueles que moldam, influenciam ou controlam atividades. Desta forma é de fundamental importância a compreensão da construção dos territórios e fronteiras, pois é no território que se manifestam todas as espécies de relações de poder, traduzindo-se por malhas, redes centralidades que podem pura ou simplesmente estar ligadas a várias decisões. Os sujeitos que aí atuam fazem a diferença, seja construindo as tessituras ou articulando os pontos que quiserem para então, assegurar o controle sobre aquilo que pode ser possuído.

Palavras Chaves: Território, fronteira, poder.

## INTRODUÇÃO

A diferenciação e a organização política do mundo se apresentam como uma soma de compartimentos contíguos e separados por linhas geográficas contínuas, as linhas das fronteiras políticas. Essa forma de organização espacial em Estados, com fronteiras nítidas e reconhecidas é uma invenção européia que se espalhou pelo mundo. As fronteiras, como limites, trazem nelas mesmas o *front*, seja o diplomático ou o militar.

Em linhas gerais, o termo fronteira se refere a uma linha divisória – concreta ou imaginária – entre algo que conhecemos e que, em certo sentido, nos pertence e algo que desconhecemos. É, na origem, um termo de divisão que designa um limite de domínio, ou seja, das fronteiras políticas que possuem além das “funções estratégicas ou geo-militares (defensiva/ofensiva) e diplomáticas, a de servirem como barreira alfandegária, migratória ou sanitária” (Foucher, 1991: 39). A fronteira é considerada também como a zona da interação de “cidadãos fronteiriços” que, além de ser com frequência

bilíngüe, se beneficia do ambiente multi-cultural característico de uma zona transfronteiriça. Nos mais variados aspectos como: trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputa, reconhecendo, que o outro lado da fronteira tem outra lei. A síntese das relações transfronteiriça é explicitada na maioria das vezes por cidades gêmeas.

As fronteiras são, portanto, o invólucro contínuo de um conjunto espacial de um Estado. É ao mesmo tempo um plano de separação-contato, ou melhor, de diferenciação das relações de contigüidade com outros sistemas políticos, que não são forçosamente da mesma natureza, nem do mesmo grau de elaboração.

### **Questões Institucionais das Fronteiras Nacionais**

O termo fronteira é usualmente confundido com a idéia de limite, de uma linha divisória. Fronteiras e limites usualmente estão associados à mesma coisa, mas não são. O limite é o “sinal de contato entre dois ou mais territórios” e a fronteira é o “sinal de contato e da integração” (Hissa, 2002: 34).

Aqui é importante ressaltar que a concepção de fronteira que estaremos trabalhando é tanto a concepção de limite, como delimitação territorial da atuação jurídica do Estado-nação quanto à concepção de fronteira enquanto *front* de expansão econômica e cultural, como zona de interações. A fronteira é, portanto, concebida como o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também como zona de interação, como parte constitutiva da vida regional transfronteiriça.

Da mesma forma a concepção de território discutido aqui neste trabalho vai além da dimensão jurídica-administrativa, de corpo do Estado-nação, de áreas geográficas delimitadas, reconhecidas e controladas pelo Estado nacional. Território aqui é entendido como resultado de processos concomitantes de dominação e controle (jurídico-econômico-social) ou apropriação (cultural-simbólica) do espaço físico por agentes não-estatais (Haesbaert, 2004). A territorialização desses processos se dá, como lembra Haesbaert e Machado (2005: 91), tanto de “cima para baixo, a partir da ação

intencional do Estado ou das grandes empresas” quanto de “baixo para cima, através das práticas e da significação do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades” e nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos.

A questão fronteira, como ressaltado em Raffestin (1993), deve ser compreendida a partir de sua historicidade, uma vez que o sentido de fronteira muda ao longo do tempo. E essa mudança é detrimento das modificações sociopolíticas e socioeconômicas. Os limites e fronteiras refletem o poder daqueles que moldam, influenciam ou controlam atividades (Sack, 1986).

A definição das fronteiras participa de projetos socioeconômicos ou sociopolíticos e, passam por fases de “funcionalização” ou de “desfuncionalização”, que são modificações socioeconômicas ou sociopolíticas que afetam tanto o território quanto o tempo social no interior dela (Raffestin, 1993: 169).

Uma reflexão sobre fronteiras é, portanto, também uma reflexão sobre o poder. Como resalta Raffestin (1993: 169), é preciso realizar partições territoriais para reinar, pois “sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer”. O que significa dizer, que:

*o exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade versus descontinuidade. O jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites (Raffestin, 1993: 169).*

A delimitação de limites e fronteiras faz parte de jogos de interesses e de manipulação. As fronteiras são definidas “como instrumento para comunicar uma ideologia”. Ideologia e poder de fiscalização, de controle e legislação. Fronteiras e limites são criados para estabelecer domínios e demarcar territórios.

Daí, a importância da compreensão da constituição do território e de suas fronteiras, dos territórios que são produzidos em um e outro lado dos limites e das fronteiras. O território é construído, como aponta Raffestin (1993: 158), a partir do espaço, sendo “o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Ao se

apropriar de um espaço o sujeito territorializa o espaço. O território é, por isso, revelador de relações marcadas pelo poder. Estas relações tendem à constituição de identidades entre os sujeitos e os territórios, construindo territorialidades. As territorialidades refletem a “multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade” e se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que “é a face vivida da face agida do poder” (Raffestin, 1993: 162). É no dia-a-dia que são construídos territórios e territorialidades.

### **Territorialidades da Região Fronteiriça do Acre, Pando e Madre de Dios**

A demarcação das fronteiras políticas se confronta com outras lógicas, através da qual a fronteira se transforma em fronteiras, que assinalam diferentes formas de vivenciá-las. Para a população fronteiriça os “outros” são o estrangeiro, que são ao mesmo tempo o vizinho, o parente e, em determinados contextos esses se transformam em um “nós”. Nesse sentido a fronteira é uma marca simbólica do cotidiano fronteiriço, dado as relações entre essas populações, relações de parentesco e amizades, relações comerciais e de serviços (Cardia, 2009).

A territorialidade fronteiriça aparece “constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”, o que significa afirmar que as relações dos sujeitos com seu território é também definida pelas relações – materiais ou simbólicas – que desenvolvem com os territórios externos (Haesbaert, 2002: 161). Na produção de territórios está sempre implícito a dimensão política e o papel dos limites ou fronteiras na definição de territorialidades, pois na produção de territórios concorre sempre o controle de pessoas, fenômenos e relacionamentos, que afeta comportamentos através do controle do acesso. Assim, o espaço só se torna território quando suas fronteiras são usadas utilizadas para “moldar, influenciar ou controlar atividades” (Sack, 1986: 38).

No caso da tríplice fronteira o atual limite internacional se consolidou historicamente sobre territórios ancestrais de diversos grupos indígenas. E a faixa da tríplice fronteira é habitada imemorialmente por diferentes povos

indígenas e há pouco mais de um século por seringueiros de origem nordestina.

Em decorrência dos movimentos sociais dos últimos 30 anos e do direcionamento das políticas ambientais, a faixa de fronteira no Acre se configura hoje por um mosaico contínuo de terras reservadas, composto de terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral e por unidades de conservação de uso sustentável, abrangendo pouco mais de 4 milhões de hectares contínuos de florestas (ver quadro 01).

**Quadro 01 - Mosaico de áreas protegidas na Faixa de Fronteira do estado do Acre**

<b>Categorias</b>	<b>Terras</b>	<b>Extensão (ha)</b>
<b>Terras Indígenas</b>	Cabeceira do Rio Acre	78.513
	Mamoadate	313.647
	Riozinho do Alto Envira	260.970
	Kampa e Isolados do Rio Envira	232.795
	Alto Tarauacá	142.619
	Kaxinawá do Rio Jordão	87.293
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	31.277
	Kampa do Rio Amônia	87.205
<b>Sub-total</b>	<b>8</b>	<b>1.234.319</b>
<b>Unidades de Conservação</b>	Estação Ecológica Rio Acre	77.500
	Parque Estadual do Chandless	695.303
	Reserva Extrativista do Alto Juruá	506.186
	Reserva Extrativista Chico Mendes	970.570
	Parque Nacional da Serra do Divisor	843.012
<b>Sub-total</b>	<b>4</b>	<b>3.022.821</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>4.257.140</b>

Fonte dos dados: Aquino, 2005.

Habitam esse mosaico cerca de 30 mil pessoas, dentre índios, ribeirinhos, seringueiros, camponeses florestais, o equivalente a 5% da população acreana (dados de 2000). Na região de fronteira habitam povos que estão em contato há muito tempo, como as populações indígenas que transitam nestas áreas e os seringueiros brasileiros que migraram para a Bolívia no contexto dos conflitos territoriais das décadas de 1970 e 1980.

Os territórios das comunidades tradicionais formam uma espécie de zona-tampão dos três lados da fronteira internacional. Esta zona-tampão foi incentivada pelo poder público tanto no sentido de proteção do patrimônio ambiental diante das frentes madeireiras quanto na estabilização da linha de fronteira. Esse fato não foi aleatório e sim efeito de uma política federal deliberada, de criar *zonas-tampão* no limite internacional amazônico. Em muitos trechos da região fronteira os países vizinhos também criaram do

outro lado do limite internacional suas próprias zonas-tampão, institucionalizando terras indígenas e parques nacionais (Machado, 2005).

Do lado peruano da fronteira internacional, há hoje um mosaico contínuo de terras protegidas, com distintas finalidades: reservas destinadas a indígenas isolados, um parque nacional e uma "reserva comunal", com área agregada de pouco mais de 4 milhões de hectares, como podemos observar no quadro 02.

**Quadro 02 - Mosaico de áreas protegidas na Faixa de Fronteira da República do Peru**

<b>Categoria</b>	<b>Departamento</b>	<b>Denominação</b>	<b>Extensão (ha)</b>	<b>Finalidade</b>
<b>Reservas para índios Isolados</b>	Madre de Dios	Reserva del Estado para Pueblos Indígenas Aislados de Madre de Dios	829.941	Índios Isolados
	Ucayali	Reserva Territorial Murunahua	481.560	Índios Isolados
<b>Sub-total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1.311.501</b>	
<b>Áreas Naturais Protegidas</b>	Ucayali e Madre de Dios	Reserva Comunal Alto Purus	202.033	Índios isolados
	Ucayali	Parque Nacional Alto Purus	2.510.694	Índios isolados
<b>Sub-total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2.712.727</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4.024.228</b>	

Fonte: Aquino, 2008.

Além dessas áreas protegidas na faixa de fronteira peruana existem 12 comunidades nativas e bosques de produção permanente que foram cedidos pelo governo peruano a empresas madeireiras (Aquino, 2008). Segundo dados de Aquino (2008), ao longo da fronteira nove terras indígenas e um parque estadual constitui territórios de moradia permanente e áreas de perambulação e usufruto de índios isolados. Estes perambulam pelas florestas banhadas pelos pequenos afluentes e tributários dos rios principais.

Ao longo destes mais de cem anos houve uma “livre” mobilidade transfronteiriça dos grupos indígenas e população cabocla em função de antigos laços de parentesco, redes de trocas, ou presença do mesmo grupo étnico-cultural (Aquino, 2008). Houve também uma forte migração de seringueiros do Acre, que “expulsos” pela frente agropecuária nas décadas de 1970 e 1980, partiram para as matas da Bolívia para “cortar seringa”. Migraram para a Bolívia nestas décadas cerca de 6.000 famílias. A fronteira neste caso adquire um significado de mobilidade. Mobilidades estas que se processam de acordo com as conjunturas históricas e as dinâmicas econômicas.

Ao longo destes mais de cem anos houve uma “livre” mobilidade transfronteiriça dos grupos indígenas e população cabocla em função de antigos laços de parentesco, redes de trocas, ou presença do mesmo grupo étnico-cultural (Aquino, 2008). Houve também uma forte migração de seringueiros do Acre, que “expulsos” pela frente agropecuária nas décadas de 1970 e 1980, partiram para as matas da Bolívia para “cortar seringa”. Migraram para a Bolívia nestas décadas cerca de 6.000 famílias. A fronteira neste caso adquire um significado de mobilidade. Mobilidades estas que se processam de acordo com as conjunturas históricas e as dinâmicas econômicas.

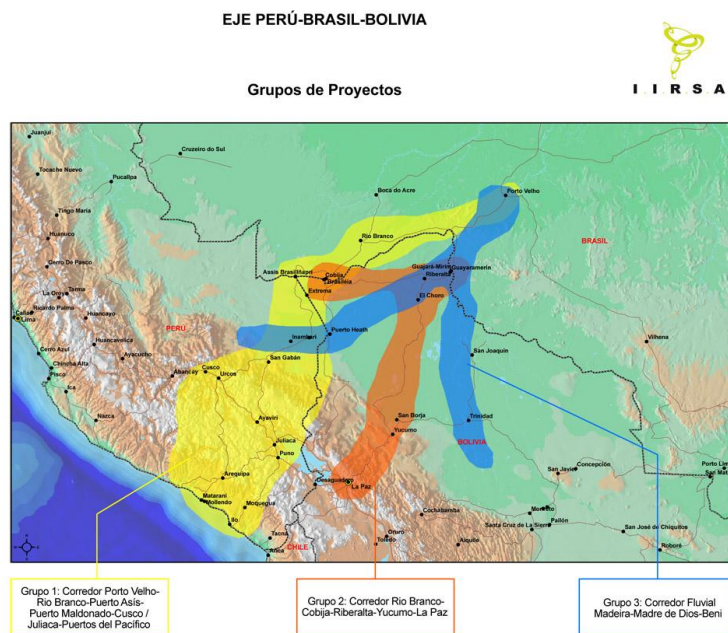
### **Da fronteira limite à região fronteira**

Durante décadas a fronteira formada entre estes três países pouco chamou a atenção dos respectivos governos centrais. O “isolamento” dessa região fronteira dos seus respectivos centros políticos é uma marca histórica na estruturação territorial da fronteira entre os três países. Mas, hoje a região amazônica se configura como a última fronteira para a expansão do capitalismo transnacional, em século anterior considerada como região “inóspita”, como “vazio demográfico”. Hoje aparece como objeto de desejo de grandes grupos econômicos de capitais sediados nos EUA e Europa. Na atualidade não é a borracha natural que está sendo disputada, mas outras fontes de matéria-prima existentes no subsolo e na biodiversidade da floresta tropical (Paula, 2008), configurando-se como pontos estratégicos para catalisação e fortalecimento da integração dos países (Gadelha, 2005).

A faixa de fronteira tem se configurado como importante diretriz da política nacional e internacional. Exemplo disso é a implementação de um Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira.

Na região Amazônica são três eixos de integração na proposta do IIRSA. O eixo do Amazonas, que diz respeito a ações integracionistas com vistas a formação de corredores para o oceano Pacífico. Outro eixo é o *Escudo das Guianas* e o terceiro eixo é do Peru-Brasil-Bolívia. Este é um eixo transversal que abrange sete departamentos da Macroregião Sul do Peru (Tacna, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Puno e Madre de Dios), dois departamentos amazônicos da Bolívia (Pando e Beni) e quatro estados da

Amazônia brasileira (Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso). Possui uma superfície estimada de 3,5 milhões de km<sup>2</sup>, dos quais 82% correspondem a território brasileiro, 10% peruano e 8% boliviano. Possui uma população de 12,3 milhões de habitantes, com uma densidade populacional média de 3,53 hab/km<sup>2</sup>; das quais 68% vivem nas cidades.



Fonte: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Imagenes/mapagruposperubrasilbolivia.jpg>

Os projetos de infra-estrutura previstos para essa zona de fronteira nas agendas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo brasileiro e da IIRSA para o sudoeste amazônico incluem: a construção de hidrelétricas (Complexo do Rio Madeira), a pavimentação da BR 364 e da rodovia transoceânica. Segundo informações do site da IIRSA 30 projetos estão concluídos e/ou execução nessa região fronteiriça.

O Complexo do Rio Madeira é o maior projeto da estratégia geopolítica do governo brasileiro, baseado na exploração da Amazônia. Este projeto hidrelétrico faz parte das estratégias do IIRSA que busca desenvolver infra-estrutura, energia e telecomunicações para a integração física da região, desenhada de acordo com os interesses dos negócios e das cadeias produtivas das empresas transnacionais. O Complexo do Rio Madeira é parte do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC do governo brasileiro. Estão programadas três usinas hidrelétricas em território brasileiro: AHE Santo



Antonio, AHE Jirau e AHE Ribeirão e uma em território boliviano: a AHE Cachuela Esperanza. No caso da construção das hidrelétricas a população formada por comunidades camponesas e indígenas serão os maiores afetados no lado boliviano.

## **DISCUTINDO A FRONTEIRA TRINACIONAL**

Cárdia (2009) destaca que, nas últimas décadas, o papel das áreas fronteiriças se constituiu em um campo frutífero de investigação, com papel central, politicamente falando, tanto econômico como cultural. No caso de fronteira internacional torna-se um claro marcador do continente dotado de significados simbólicos.

Segundo Cardia 2009, no caso da Amazônia brasileira, mais especificamente do Estado do Acre, o processo de colonização da “*natureza virgem, sem homens*” não se deu de forma diferente. No começo do XX o Acre constitui-se como unidade de território mudando o tamanho do Brasil. Um espaço caracterizado por sua diversidade socioambiental. Aqui diferentes formas de extrair recursos deram lugar a diversas formas de ocupação. A penetração e a fixação territorial ativada ou desativada em função da demanda das gomas no mercado mundial, vão conformando as *frentes de expansão*.

A base da configuração da atual fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, foi justamente o período “áureo, ou gomífero” que em sua primazia atendeu aos interesses do capital nacional e internacional.

Por isso, destacaremos aqui as três fronteiras aqui envolvidas, Brasil (Acre), Peru, e Bolívia que foram palco desses enclaves:

### ➤ 1ª Fronteira: **Brasil**, do grande El Dorado

O tratado de Madri (1750) serviria teoricamente para delimitar as terras do sudoeste da Amazônia brasileira, entre Portugal e Espanha, linha esta situada à meia distância entre a foz do Mamoré e o Amazonas até o encontro do Rio Javari. O grande problema foi que na época em que foram assinados estes tratados ainda não se tinha, de ambos os países, o conhecimento, de fato destas terras e mais especificamente o conhecimento da

nascente do Rio Javari. Por isso, da década de 1870 até por volta da década de 1890, as nascentes do Javari foram objeto de atritos entre as comissões demarcatórias da fronteira. (Morais, 2008)

Inicia-se então um processo demarcatório em 1896, pelo então Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, o qual constatou uma vasta área ocupada por brasileiros em terras bolivianas pela extração do látex.

Ao saber desse fato, os bolivianos começaram, a ocupar os Altos dos Rios Purus e Acre, e também motivados pelas publicações onde se dizia que o “Rio Acre era um dos mais ricos afluentes do Purus, exportava 500.000 quilos de goma-elástica e tinha uma população estimada em 10.000 almas, excluída os indígenas”. Então, instalaram-se fundaram alguns seringais onde até então conviviam pacificamente com os brasileiros, integrando a mesma rede comercial que escoava toda produção para Manaus e Belém. (Morais, 2008).

O fato de não haver ocupação boliviana neste trecho se dava pela difícil desarticulação entre os rios da bacia hidrográfica do Amazonas e o sistema hidrográfico da Bolívia, em função da barreira da Cordilheira dos Andes.

Neste mesmo período, os peruanos também começaram a invadir a região do Vale do Juruá em 1896, instalando alguns postos comerciais para a extração do Caucho, aproximando-se dos próprios brasileiros, com os quais jamais se desentenderam. Ali também foram seringueiros em seringais de brasileiros. Só em 1903, os peruanos tentaram estabelecer, com todo o aparato oficial, uma comissária peruana na foz do Rio Chandells.

O mercado internacional crescia cada vez mais com a demanda da borracha, atraindo cada vez mais migrantes nordestinos, ocupando estes ao chegarem territórios bolivianos. Então começa uma nova fase por parte do governo boliviano para a recuperação dessas terras, representando para os habitantes destes espaços uma invasão ao território desbravado e ocupado por milhares de brasileiros desde a década de 1870.

Inicia-se a partir daí a ocorrerem vários combates entre seringueiros brasileiros e bolivianos, tendo como o mais importante o de 15 a 24 de janeiro

de 1903, da Revolução Acreana, o qual caracterizou a vitória territorial dos brasileiros do Acre sobre os bolivianos, conhecido como etapa final e a mais sangrenta do movimento revolucionário, transformando-se num símbolo de heroísmo para os acreanos. Dez meses depois é assinado o Tratado de Petrópolis em 1903 como acordo de paz entre brasileiros e bolivianos colocando fim aos conflitos fronteiriços. Neste Tratado, o Brasil se comprometia a pagar 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia, a construir uma estrada de ferro entre Santo Antonio do Rio Madeira e Vila Bela, na confluência do Beni com o Mamoré, além da cessão de pequena área de terra no Rio Abunã e na fronteira com o Mato Grosso (Mello, 1990).

Mas ao Brasil, ainda, restava resolver a linha fronteira com o Peru, que também reivindicava terras consideradas brasileiras pelo Tratado de Petrópolis. Diferentemente da Bolívia, com os peruanos, não houve guerra declarada, mas dois conflitos ainda foram registrados: o da localidade Funil, onde peruanos foram mortos por brasileiros do Acre, e no rio Amônia, onde tropas do exército brasileiro expulsaram peruanos do Barracão do Seringal Minas Gerais, hoje terras da cidade de Marechal Taumaturgo.

Só após a entrega dos relatórios das comissões mistas de reconhecimento, criadas com a finalidade de atestar o “uti possidetis” ao longo dos rios Purus e Juruá, a fronteira com o Peru é definida.

Cardia 2009 observa que durante séculos, a Amazônia ficou a margem da história colonial. Foi graças ao extrativismo, que ela se abriu ao mundo capitalista do século XIX, tornando-se uma mina de matéria-prima, convertendo-se na “fabrica da goma natural”.

Os milhares de migrantes nordestinos que adentram ao território vão se encontrar e confrontar com outros milhares de migrantes peruanos e bolivianos que chegaram, quase na mesma época, pois ao mesmo tempo em que no Brasil, a seca do nordeste impulsionou a ocupação desses espaços, no caso boliviano e peruano foi devido ao conflito internacional que mantiveram com o Chile, a Guerra do Pacífico (1879-1881).

➤ 2ª Fronteira: **Bolívia**

Ainda conforme Cardia 2009, a desconhecida região do noroeste boliviano levou diversos empresários bolivianos e estrangeiros a organizar explorações, em 1825, 1846, encabeçadas por cientistas, militares, missionários, empresários – potencialmente interessados na exploração e comercialização da borracha, funcionários governamentais em diferentes momentos, mostrando o interesse do Estado boliviano em ocupar suas fronteiras, ainda que de modo formal. Esse desejo na prática não se realizou pelas várias circunstâncias: ausência de vontade política, instabilidade, os interesses centrados na exploração mineira no ocidente do país e os escassos recursos públicos que fizeram desse projeto não executável.

Um resultado ficou para bolivianos através dessas expedições, tratava-se de uma vasta região com grande potencialidade gomífera, e que já estavam sendo exploradas por seringueiros brasileiros. Por esta razão, era tão necessária a demarcação dos limites com o Brasil. Estabelecer a soberania boliviana e o domínio do governo nacional era de vital importância, o que logo tratou de fazer.

Cardia enfatiza que a exportação da borracha na Bolívia duplicou entre 1880 e 1896, e com ela veio as rivalidades de grandes empresários bolivianos estendendo-se também ao Brasil, traduzindo-se por serias contendas internacionais entre as três jovens nações. Por isso, de 1899-1904, foi criado o “Território Nacional de Colônias”, exacerbando os ânimos entre bolivianos e brasileiros, e desembocando na “Revolução Acreana”.

Os indefinidos limites no noroeste boliviano, o desconhecimento da região que provocavam a imaginação na forma de sonhos e lendas, e os interesses brasileiros e peruanos, explicam o porquê das várias disputas ocorridas na região sul amazônica. Uma terra rica em látex, produto importantíssimo de exportação da época. Para a Bolívia era necessário estabelecer a soberania boliviana nestes espaços o quanto antes, espaços estes já ocupado por milhares de brasileiros, gerando então uma série de conflitos com o Brasil, resultando na “perda” destes para o Brasil.

### 3ª Fronteira: **Peru**

Na região fronteira peruana, os propósitos de reafirmação soberana baseavam-se no argumento de já terem ocorrido séculos antes, mais especificamente em 1546, por Diego Maldonado, explorações na parte oriental daquela bacia. Agora, com a crescente economia das gomas, novamente retomam-se essas expedições.

De 1860 a 1870 já eram exploradas as primeiras árvores de caucho, no Departamento de Loreto. Quando estas começaram a ficar escassas em 1880, os extratores se deslocaram rio abaixo, em busca das árvores para explorar, entrando milhares de caucheiros.

Com a busca de novas áreas gomíferas estes avançam para o leste, sul, em uma área inexplorada, por caminhos interfluviais que facilitava o avanço, descobrindo aí, novas “manchas” de caucho. Conforme foi melhorando o acesso aumentou-se o impulso como centro de apoio a produção gomífera, entretanto, sua influencia era pequena na região do Acre.

Nessas rotas de acesso, a presença constante de peruanos e não-peruanos obrigou o Estado peruano a tomar decisões orientadas para consolidar sua soberania naqueles territórios, assegurando suas fronteiras perante os países vizinhos. Assim, em 1902, o governo nacional do Peru criou a “Junta de Vias Fluviais”, que tinha como objetivo organizar expedições nessa região a fim de assegurar o controle da mesma. Mas apesar desse reconhecimento político-administrativo, eram muitas as dificuldades e o desconhecimento da região.

Mas na primeira secada do século XX, a crise da economia caucheira, afetou seriamente toda região de Madre de Dios, colocando Porto Maldonado em eminente perigo de desaparecer. Para isso foi criado em 1912 o “Plano de Colonização na Montanha”, uma lista de recomendações estratégicas que agora adquire importância econômica devido à sua posição fronteira com os vizinhos que também buscavam consolidar sua soberania, continuando assim o Peru, com sua política de reafirmação territorial.

Nesse processo de consolidação do Estado peruano e de suas fronteiras, o papel desempenhado pelos padrões do látex foi fundamental, e

somente após a morte desses é que foi concluída a etapa extrativa do caucho na fronteira peruana.

Como vimos, a extração do látex constituiu um fato essencial para entender tanto as atuais fronteiras como as relações sociais e políticas nas três regiões fronteiriças. O Acre que representava no passado um espaço inviabilizado, hoje representa um Estado fronteiriço por excelência. Uma região que não despertava interesse por sua localização, até que o látex modificou substancialmente seu significado. Região ameaçadora, perigosa, e insalubre, representação esta, que também não foi muito diferente para os bolivianos. Um “inferno verde” indefinido, que agora deveria ser definido, a partir dos quais as três nações poderiam legitimar a exploração de seus recursos.

A “facilidade” do avanço de seringalistas brasileiros em território boliviano se deu pela despreocupação da Bolívia com esse lugar, uma vez que sua preocupação maior era ter o livre acesso aos portos brasileiros do Atlântico para transportar sua produção. O despertar e o agir da Bolívia para esse tão grande “detalhe”, desencadeou mais tarde, em varias batalhas com o Brasil ate o fim com o “Tratado de Petrópolis” em 1903, com a paz selada entre os dois países garantindo a posse por parte do Brasil das terras e florestas do Acre.

Entre o Peru e a Bolívia também não se deu de forma diferente. Suas relações estiveram marcadas por conflitos, não tão intensa como as da Bolívia, neste caso, foi pelos grandes barões do caucho. Os enfrentamentos entre eles obrigaram as autoridades bolivianas e peruanas a optar pela mediação, um acordo que em 1909 determinou suas atuais fronteiras.

Assim, a fronteira foi delimitada politicamente. O Brasil continuou e continua exercendo grande influencia em toda área próximo a Bolívia e ao Peru. E progressivamente os três Estados nacionais foram se firmando em cada uma das áreas fronteiriças. O caucho e a seringa foram o começo e o fim de um ciclo.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre. Rio Branco: (Caderno Temático de Subsídio ao ZEE do Acre); 2005.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. X Encontro do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil-Peru. Rio Branco: Coluna Papo de Índio-Jornal Página 20: 28-10-2008.

CARDIA, Laís Marreti. Etnografia das Fronteiras Políticas e Sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. Barcelona, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais: 2009.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Acreanos na Bolívia (“Brasivianos”): Amazônia – um espaço compartilhado – estudo de caso sobre os “brasivianos”. Rio Branco, blog Ambiente Acreano: 2006.

FOUCHER, Michel. Fronts et Frontières: un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

GADELHA, Carlos Augusto. A Política Nacional de Integração e Desenvolvimento das Fronteiras: o PDFF. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Territórios sem Limites. Campo Grande: UFMTS: 2005.

HAESBAERT, Rogério. Fim dos territórios ou Novas Territorialidades. In: LOPES, Luiz Paulo da Motta (org.). Identidades: recortes multi e interdisciplinar. Campinas: Mercado de Letras: 2002.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2004.

HAESBAERT, Rogério; MACHADO, Lia. O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. Campo Grande, UFMS: 2005.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte, Humanitas-UFMG: 2002.

MACHADO, Lia Osório. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira do Brasil. Parcerias Estratégicas (Brasília), Brasília, D.F., v. 20, p. 709-728, 2005.

MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese (Doutorado em Geografia) Niterói: UFF, 2008.

PAULA, Elder. Andrade de. Sociedade Civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. México: Observatório Latinoamericano de Geopolítica, (TEXTO DIDÁTICO): 2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática: 1993.

SACK, Robert. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press: 1986.